

COM BASE NO EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026



GHC

GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO

TÉCNICO DE ENFERMAGEM (INTENSIVISTA ADULTO)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Políticas Públicas de Saúde
- ▶ Informática
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





GHC

GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO

TÉCNICO DE ENFERMAGEM (INTENSIVISTA ADULTO)

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

CÓD: OP-121JN-26
7908403587469

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch	9
2. Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas.....	16
3. Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi	21
4. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch	25
5. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	28
6. Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive acordo ortográfico vigente, conforme decreto federal nº 6.583/2012) tendo como base o vocabulário ortográfico da língua portuguesa e o dicionário online Aulete	31
7. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	33
8. Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	37
9. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	39
10. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos	43
11. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.....	48

Políticas Públicas de Saúde

1. Constituição federal: artigos 196, 197, 198, 199 e 200.....	63
2. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações – dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências	65
3. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 - dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do sistema único de saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.....	77
4. Relatório final da 8ª conferência nacional de saúde.....	78
5. Humanizaus: política nacional de humanização.....	78
6. Resolução nº 330, de 4 de novembro de 2003 – aplica os princípios e diretrizes para a norma operacional básica de recursos humanos para o SUS (NORH-SUS) como política nacional de gestão do trabalho e da educação em saúde, no âmbito do SUS	81
7. Lei nº 10.741/2003 e suas alterações – dispõe sobre o estatuto da pessoa idosa e dá outras providências	81
8. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009 – institui a política nacional de saúde integral da população negra	93
9. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 – institui no âmbito do SUS a política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (política nacional de saúde integral LGBT)	96
10. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	99

ÍNDICE

11. Portaria gm/ms nº 230, de 7 de março de 2023 – institui o programa nacional de equidade de gênero, raça e valorização das trabalhadoras no sus	118
12. Portaria gm/ms nº 1.526, de 11 de outubro de 2023 – altera as portarias de consolidação gm/ms nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a política nacional de atenção integral à saúde da pessoa com deficiência (pnaispd) e rede de cuidados à pessoa com deficiência (rcpd) no âmbito do sus	120
13. Portaria gm/ms nº 1.604, de 18 de outubro de 2023 – institui a política nacional de atenção especializada em saúde (pnaes), no âmbito do sus. redes de atenção em saúde. cuidado integral em saúde. gestão em saúde pública. planejamento estratégico em saúde pública	131
14. Relatório final da 17ª conferência nacional de saúde, 2023	139

Informática

1. Sistemas operacionais (microsoft windows 10 e windows 11): área de trabalho, menu iniciar, barra de tarefas e gerenciador de tarefas. operações com arquivos, pastas, bibliotecas, ícones e atalhos (criar, copiar, mover, renomear, excluir, restaurar, propriedades e pesquisa). painel de controle, lixeira e configurações básicas do sistema	145
2. Processadores de texto (microsoft word 2019): ambiente e componentes do programa. criação, edição, formatação, salvamento e impressão de documentos. utilização da faixa de opções, guias e grupos principais (início, inserir, layout da página, referências, revisão e exibição). recursos de revisão, verificação ortográfica e ajuda	153
3. Planilhas eletrônicas (microsoft excel 2019): ambiente e componentes do programa. células, linhas, colunas, planilhas e pastas de trabalho. criação, edição, formatação e impressão de planilhas. fórmulas e funções básicas. utilização da faixa de opções e guias principais (início, inserir, layout da página, fórmulas, dados e exibição)	166
4. Navegadores de internet: utilização, ambiente e funcionalidades principais do google chrome, mozilla firefox e microsoft edge (menus, barra de endereços, favoritos, histórico, guias, downloads, configurações e teclas de atalho)	181
5. Correio eletrônico: conceitos e funcionalidades básicas de e-mails	188
6. Segurança e internet: noções de segurança digital, privacidade, senhas, links suspeitos, vírus, malwares, phishing e cuidados com redes sociais	189
7. Inteligência artificial: conceitos fundamentais de ia. aplicações práticas do uso de ia no cotidiano. modelos de ia generativa e assistentes digitais. utilização básica de ferramentas de ia para apoio à escrita, organização, pesquisa e produtividade. funcionamento geral de algoritmos de recomendação e busca. cuidados com o uso de ia, privacidade e limites éticos. reconhecimento de deepfakes e conteúdos manipulados. noções de segurança e verificação de informações geradas por ia	191

Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. lógica de argumentação. proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional	199
2. Diagramas lógicos	209
3. Identificação de padrões, sequências lógicas de números, letras, palavras e figuras	210

Conhecimentos Específicos

Técnico de Enfermagem (Intensivista Adulto)

1. Estrutura, organização e gestão da unidade de terapia intensiva adulto	217
2. Admissão e alta do paciente na unidade de terapia intensiva adulto	222
3. Aspectos éticos e legais no atendimento ao adulto.....	225
4. Processo de enfermagem aplicada à saúde do adulto.....	228
5. Reconhecimento e manejo do paciente crítico	229
6. Assistência de enfermagem a condições crônicas e agudas de saúde.....	233
7. Assistência de enfermagem a pacientes com risco para infecção relacionada à assistência a saúde.....	236
8. Assistência de enfermagem no centro cirúrgico; assistência de enfermagem a pacientes adultos submetidos à anestesia	242
9. Assistência de enfermagem a pacientes adultos com dor (aguda ou crônica)	248
10. Assistência de enfermagem a pacientes com doenças hematológicas e oncológicas; assistência de enfermagem a pacientes com doenças do sistema respiratório; assistência de enfermagem a pacientes com doenças do sistema cardiovascular; assistência de enfermagem a pacientes em desequilíbrio eletrolítico e ácido-básico; assistência de enfermagem a pacientes com doenças do sistema digestório; assistência de enfermagem a pacientes com doenças do sistema músculo esquelético; assistência de enfermagem a pacientes com doenças do sistema urinário	251
11. Assistência de enfermagem a pacientes em situações emergenciais	257
12. Assistência de enfermagem a pacientes com risco para integridade da pele e integridade tissular prejudicada	259
13. Assistência de enfermagem a pacientes com distúrbios vasculares e cerebrais	264
14. Assistência de enfermagem a usuários com infecções adquiridas na comunidade.....	271
15. Assistência de enfermagem a pacientes com intoxicação exógena e que sofreram acidentes por animais peçonhentos..	273
16. Farmacologia aplicada a enfermagem de terapia intensiva	278
17. Assistência de enfermagem a pacientes vítimas de trauma	283
18. Cuidados com hemodiálise contínua e intermitente	285
19. Transporte de pacientes graves	288
20. Monitoração da função respiratória, cardiovascular, neurológica, renal, gastrointestinal, hepática e endócrina.....	290
21. Suporte básico de vida; atendimento a paciente em parada cardiorrespiratória.....	291

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS DE TEXTOS DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS, FATO E OPINIÃO, INTENCIONALIDADE DISCURSIVA, ANÁLISE DE IMPLÍCITOS E SUBENTENDIDOS E DE EFEITOS DE SENTIDO DE ACORDO COM JOSÉ LUIZ FIORIN E FRANCISCO PLATÃO SAVIOLI, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS E RECURSOS DE ARGUMENTAÇÃO DE ACORDO COM ENI ORLANDI, ELISA GUIMARÃES, ENEIDA GUIMARÃES E INGEDORE VILLAÇA KOCH

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS

A leitura e interpretação de gêneros textuais distintos são habilidades fundamentais para compreender a multiplicidade de sentidos produzidos em diferentes contextos comunicativos. Segundo Ingedore Villaça Koch, os gêneros textuais são formas de organização discursiva que atendem a propósitos sociais específicos, e sua identificação é essencial para uma interpretação adequada.

► O que são gêneros textuais?

Os gêneros textuais são estruturas textuais reconhecíveis que se desenvolvem e se transformam em resposta às necessidades comunicativas de uma comunidade. Esses gêneros são determinados pelas condições de produção, objetivos comunicativos, público-alvo e contexto histórico-social.

- **Exemplos de gêneros textuais:** carta, notícia, reportagem, poema, receita culinária, artigo científico, e-mails, posts em redes sociais, entre outros.

Características dos gêneros textuais:

Cada gênero possui características próprias que orientam a forma como o leitor deve interpretá-lo. Essas características incluem:

Finalidade comunicativa:

- A função do gênero textual define seu propósito principal.
- **Ex.:** Uma receita culinária instrui o leitor a preparar um prato; um poema busca despertar emoções.

Estrutura composicional:

- Refere-se à organização típica do gênero.
- **Ex.:** Um e-mail apresenta geralmente um cabeçalho (destinatário e remetente), um corpo textual e uma saudação final.

Estilo linguístico:

- Depende do nível de formalidade, da escolha lexical e das construções gramaticais.
- **Ex.:** Um contrato apresenta linguagem formal e objetiva, enquanto uma conversa por mensagens utiliza uma linguagem mais informal.

► Estratégias de leitura e interpretação

Para interpretar corretamente textos de gêneros diversos, é necessário adotar algumas estratégias específicas:

Identificar o gênero textual:

Reconheça as marcas distintivas do gênero, como a diagramação (em anúncios), o uso de elementos gráficos (em infográficos) ou a segmentação em tópicos (em manuais de instrução).

Compreender o contexto de produção e recepção:

- Analise o momento histórico, os valores culturais e as intenções do emissor para interpretar adequadamente o texto.
- **Ex.:** Um editorial escrito durante uma crise política reflete uma perspectiva contextualizada daquela situação.

Reconhecer elementos explícitos e implícitos:

- Identifique as informações claramente apresentadas (explícitas) e as que exigem inferências (implícitas), levando em conta o gênero textual.
- **Ex.:** Em um texto publicitário, o apelo ao consumo pode ser indireto, por meio de associações emocionais.

Exemplos práticos de leitura de gêneros textuais:

- **Notícia:** Apresenta informações factuais, estrutura-se em título, subtítulo e corpo textual, e segue critérios de objetividade e imparcialidade.
- **Artigo de opinião:** Tem como objetivo persuadir o leitor, utilizando argumentos subjetivos e juízos de valor.
- **Memes e posts em redes sociais:** Combina elementos verbais e visuais, muitas vezes de forma humorística ou irônica, e depende de um contexto compartilhado para gerar efeito de sentido.

► A importância da leitura crítica

A leitura crítica permite ao leitor não apenas compreender o texto, mas também questionar as intenções do autor e os efeitos de sentido produzidos. Essa habilidade é crucial em um mundo

AMOSTRA

repleto de informações, onde a interpretação inadequada pode levar à disseminação de fake news ou à má compreensão de mensagens.

A leitura e interpretação de gêneros textuais diversos demandam sensibilidade às especificidades de cada gênero, ao contexto em que o texto foi produzido e ao objetivo comunicativo. O domínio dessas habilidades fortalece a capacidade crítica e a competência textual, indispensáveis para a compreensão e produção de textos nos mais variados âmbitos.

FATO E OPINIÃO: DISTINÇÃO E RELEVÂNCIA

A distinção entre fato e opinião é um aspecto essencial da leitura crítica e da análise textual, sendo indispensável para a avaliação de informações e a construção de argumentos sólidos.

Esse tema é amplamente abordado por autores como José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, que destacam a importância de compreender a objetividade dos fatos e a subjetividade das opiniões, especialmente em contextos argumentativos e persuasivos.

► O que é um fato?

Um fato é uma informação objetiva, verificável e que representa um acontecimento ou situação da realidade. Sua principal característica é a possibilidade de comprovação, seja por meio de dados, registros documentais ou evidências concretas.

- **Exemplo:** “A Terra orbita ao redor do Sol.”

Este enunciado pode ser comprovado por estudos científicos e observações astronômicas.

Marcas linguísticas típicas de um fato:

Uso de verbos no presente do indicativo para expressar constatações ou universalidades.

- **Ex.:** “O Brasil é o maior exportador de café do mundo.”
- Presença de dados e números.
- **Ex.:** “Em 2023, o PIB global cresceu 2,9%.”

► O que é uma opinião?

Uma opinião é uma manifestação subjetiva, baseada em crenças, valores, preferências ou interpretações individuais. Ao contrário do fato, a opinião não pode ser provada ou medida objetivamente, pois reflete um julgamento pessoal.

- **Exemplo:** “O café brasileiro é o melhor do mundo.”

Este enunciado expressa um juízo de valor, não passível de comprovação universal.

Marcas linguísticas típicas de uma opinião:

Uso de adjetivos qualificativos e advérbios que expressam subjetividade.

- **Ex.:** “Este filme é incrivelmente emocionante.”

Presença de verbos de opinião ou crença, como “achar”, “acreditar”, “considerar”.

- **Ex.:** “Eu acho que essa proposta é injusta.”

► A relevância da distinção

A distinção entre fato e opinião é vital em diversos contextos, como na interpretação de textos jornalísticos, na análise de discursos argumentativos e no combate à desinformação. Saber diferenciar essas categorias permite:

- **Avaliar a credibilidade da informação:** Textos factuais fornecem dados que podem ser verificados, enquanto textos opinativos expressam interpretações ou julgamentos.
- **Identificar vieses ideológicos:** Opiniões frequentemente carregam valores e interesses que podem influenciar a interpretação dos fatos.
- **Ex.:** Em um artigo de opinião, o autor pode selecionar fatos que reforcem seu ponto de vista, omitindo outros que o contradigam.
- **Desenvolver uma leitura crítica:** Reconhecer quando um texto apresenta fatos ou opiniões evita interpretações equivocadas, especialmente em debates polêmicos ou em textos persuasivos.

► Exemplos práticos de distinção

Notícia jornalística:

- **Fato:** “A inflação acumulada em 2024 foi de 4,5%.”
- **Opinião:** “Esse índice de inflação demonstra uma recuperação lenta da economia.”

Discurso publicitário:

- **Fato:** “Este carro possui um motor de 200 cavalos.”
- **Opinião:** “Este é o melhor carro da categoria.”

► Como identificar e analisar fatos e opiniões

Verificar fontes:

- Um fato deve ter respaldo em fontes confiáveis e verificáveis.
- **Ex.:** Dados fornecidos por instituições como IBGE ou ONU têm maior credibilidade.

Reconhecer marcadores subjetivos:

- Palavras como “excelente”, “terrível”, “justo” e “injusto” indicam opinião.

Considerar o gênero textual:

Textos opinativos (editoriais, colunas de opinião) têm como objetivo persuadir, enquanto textos informativos (notícias, relatórios) priorizam a neutralidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ARTIGOS 196, 197, 198, 199 E 200

► Saúde

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Segundo o artigo 197, da Constituição, as ações e os serviços de saúde devem ser executados diretamente pelo poder público ou por meio de terceiros, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.

A responsabilidade em matéria de saúde é solidária entre os entes federados.

Diretrizes da Saúde:

De acordo com o Art. 198, da CF, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único – o SUS –, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

► A Saúde e a Iniciativa Privada

Referente ao Artigo 199, da CF, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

► Atribuições Constitucionais do SUS

Por fim, o Artigo 200 da CF, elenca quais atribuições são de competência do SUS.

SEÇÃO II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (Vide ADPF 672)

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para §1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 155 e 156 - A e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, "a", e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 156 e 156 - A e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, "b", e §3º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) Regulamento

I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do §2º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - (revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

AMOSTRA

§4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010)Regulamento

§6º Além das hipóteses previstas no §1º do art. 41 e no §4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§12. Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o §12 deste artigo, adequarão a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§14. Compete à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o §12 deste artigo.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

§15. Os recursos federais destinados aos pagamentos da assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o §12 deste artigo serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

INFORMÁTICA

SISTEMAS OPERACIONAIS (MICROSOFT WINDOWS 10 E WINDOWS 11): ÁREA DE TRABALHO, MENU INICIAR, BARRA DE TAREFAS E GERENCIADOR DE TAREFAS. OPERAÇÕES COM ARQUIVOS, PASTAS, BIBLIOTECAS, ÍCONES E ATALHOS (CRIAR, COPIAR, MOVER, RENOMEAR, EXCLUIR, RESTAURAR, PROPRIEDADES E PESQUISA). PAINEL DE CONTROLE, LIXEIRA E CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO SISTEMA

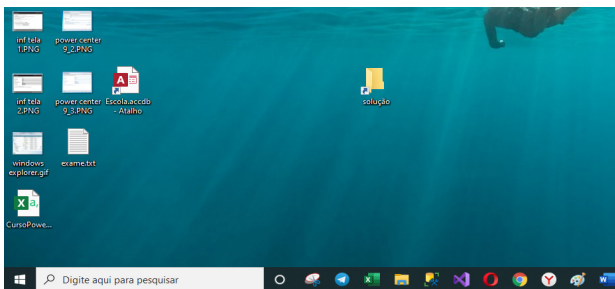
WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, amplamente utilizado em computadores pessoais, laptops e dispositivos híbridos. Ele oferece uma interface intuitiva e recursos que facilitam a produtividade, o entretenimento e a conectividade.

Área de trabalho

A área é o espaço principal de trabalho do sistema, onde você pode acessar atalhos de programas, pastas e arquivos. O plano de fundo pode ser personalizado com imagens ou cores sólidas, e os ícones podem ser organizados conforme sua preferência. Além disso, a barra de tarefas na parte inferior centraliza funções como:

- **Botão Iniciar:** acesso rápido aos aplicativos e configurações.
- **Barra de pesquisa:** facilita a busca de arquivos e aplicativos no sistema.
- **Ícones de aplicativos:** mostram os programas em execução ou fixados.
- **Relógio e notificações:** localizados no canto direito para visualização rápida.

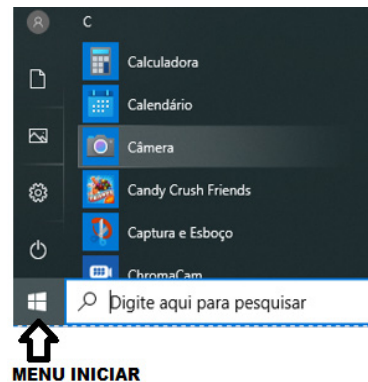


Uso dos menus

Os menus no Windows 10 são projetados para facilitar o acesso a diversas funções e aplicativos. Ao clicar no botão Iniciar, você encontrará:

- Uma lista dos programas instalados.

- Atalhos para aplicativos fixados.
- A barra de pesquisa, onde você pode digitar para localizar programas, arquivos e configurações de forma rápida.

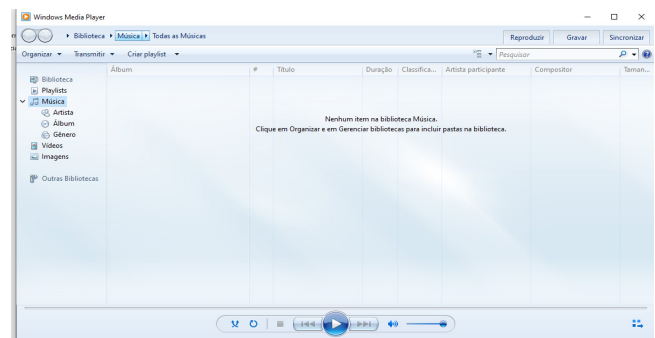


Programas e interação com o usuário

Para entender melhor as funções categorizadas no Windows 10, vamos dividir os programas por categorias, explorando as possibilidades que cada um oferece para o usuário.

Música e Vídeo: O Windows Media Player é o player nativo do sistema, projetado para reproduzir músicas e vídeos, proporcionando uma experiência multimídia completa. Suas principais funcionalidades incluem:

- **Organização de bibliotecas:** gerencie arquivos de música, fotos e vídeos armazenados no computador.
- **Reprodução de mídia:** toque músicas e vídeos em diversos formatos compatíveis.
- **Criação de playlists:** organize suas músicas em listas personalizadas para diferentes ocasiões.
- **Gravação de CDs:** transfira suas playlists para CDs de maneira prática.
- **Sincronização com dispositivos externos:** conecte dispositivos de armazenamento e transfira sua mídia facilmente.



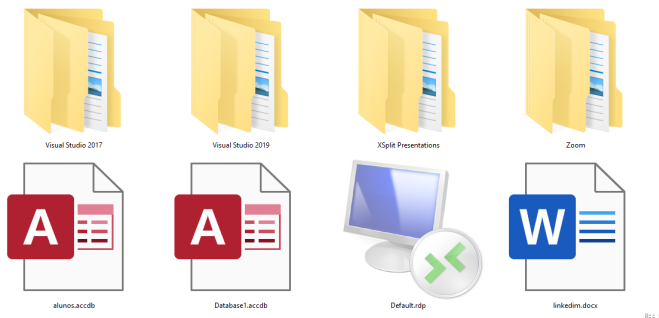
AMOSTRA

Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

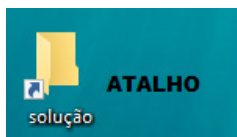
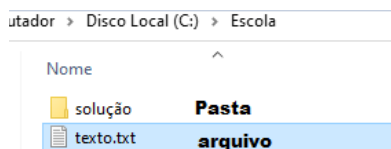


No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo:** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.
- **Atalho:** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.

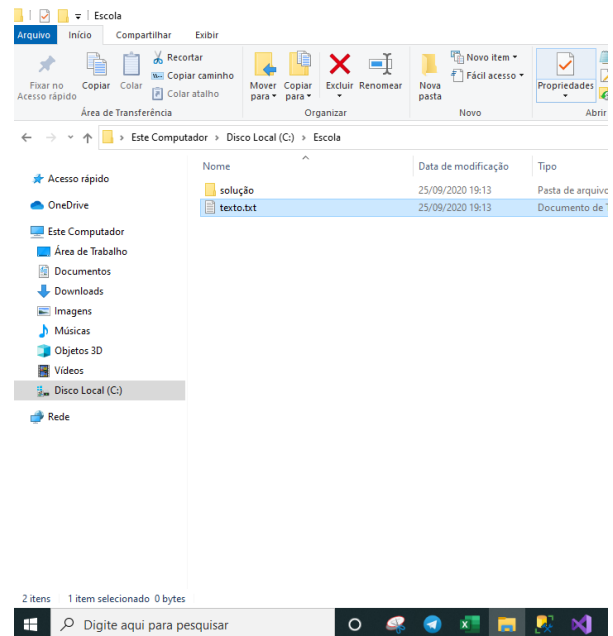
**Área de transferência**

A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

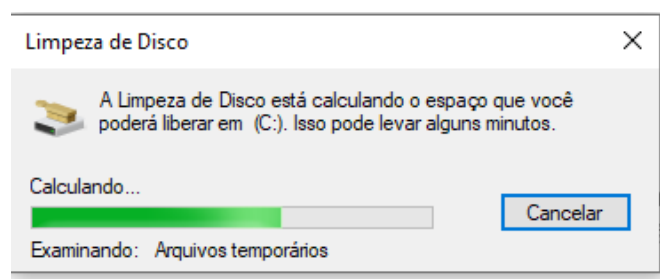
- Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.
- Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.

**Ferramentas do sistema**

- A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



- O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES. LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO. PROPOSIÇÕES E CONECTIVOS: CONCEITO DE PROPOSIÇÃO, VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES, PROPOSIÇÕES SIMPLES, PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. OPERAÇÕES LÓGICAS SOBRE PROPOSIÇÕES: NEGAÇÃO, CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, DISJUNÇÃO EXCLUSIVA, CONDICIONAL, BICONDICIONAL

A capacidade de estabelecer e interpretar relações lógicas entre diferentes elementos é uma habilidade essencial para o desenvolvimento do pensamento analítico. Essa competência permite ao indivíduo organizar informações, identificar padrões e criar conexões relevantes, mesmo diante de conceitos abstratos ou situações hipotéticas. Ao dominar esse campo, é possível analisar premissas, avaliar sua consistência e extrair conclusões fundamentadas, promovendo uma compreensão mais profunda e decisões mais acertadas. Essa habilidade é indispensável na resolução de problemas complexos e no enfrentamento de desafios que exigem clareza e raciocínio estruturado.

A seguir, exploraremos os principais conteúdos que ajudam a aprimorar essa competência:

LÓGICA PROPOSICIONAL

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro *Discurso do Método* de René Descartes, encontramos a afirmação: “(1ª parte): “...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.”

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença *a* é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

AMOSTRA

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

► Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior e a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um “conectivo”.

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição

- Tem sujeito e predicado;
- É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

- **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do terceiro excluído:** toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.
- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima

São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	\neg
Disjunção não exclusiva	ou	\vee

Conjunção	e	\wedge
Condicional	Se... então	\rightarrow
Bicondicional	Se e somente se	\leftrightarrow

► Tabelas verdade

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: \wedge (lê-se e) e \vee (lê-se ou).

Conectivo e

Colocando o conectivo \wedge entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : o aminoácido fenilalanina é apolar.
- $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA ADULTO

Organização física e funcional da UTI

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um setor crítico do hospital, destinado à assistência especializada de pacientes em estado grave, que necessitam de vigilância contínua, suporte intensivo de múltiplas funções orgânicas e intervenções imediatas frente a situações de instabilidade clínica. Para garantir a segurança e a qualidade do atendimento, a estrutura física e o funcionamento da UTI são regulados por normas específicas, entre elas a **RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010**, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que estabelece requisitos mínimos para o funcionamento de UTIs em todo o território nacional.

Finalidade da padronização estrutural:

A organização física adequada da UTI tem como objetivo oferecer um ambiente que possibilite a rápida resposta a emergências, otimize os fluxos de trabalho, minimize os riscos de infecção e facilite o monitoramento contínuo do paciente. Além disso, uma estrutura funcional contribui para o bem-estar da equipe multiprofissional, que atua sob pressão constante, e favorece o cuidado humanizado.

Localização e acesso:

Segundo a RDC nº 7/2010, a UTI deve estar localizada de forma estratégica no hospital, preferencialmente em pavimento térreo ou próximo ao centro cirúrgico, pronto-socorro e serviço de diagnóstico por imagem. A localização deve facilitar o transporte seguro dos pacientes e permitir acesso rápido às áreas de apoio. O setor deve ser de acesso controlado, restrito a profissionais autorizados e visitantes conforme regulamentação da instituição.

Setorização da UTI:

A UTI deve ser organizada de modo a garantir o isolamento funcional do ambiente crítico, com separação entre áreas sujas e limpas, e espaço adequado para o fluxo seguro de profissionais, pacientes e materiais.

A estrutura mínima da UTI contempla:

Área de internação: onde se encontram os leitos dos pacientes, com espaçamento mínimo de 4,5 m² por leito, separados por cortinas ou divisórias que garantam privacidade.

Posto de enfermagem: situado de forma central e com visibilidade direta de todos os leitos.

Sala de prescrição médica e área administrativa: destinadas à documentação clínica, reuniões de equipe e planejamento do cuidado.

Depósito de materiais e equipamentos: para guarda segura dos itens utilizados na assistência.

Área de higienização: destinada à limpeza de equipamentos e materiais reutilizáveis.

Vestário e sanitários para funcionários: separados por gênero, garantindo conforto e biossegurança.

Sala de paramentação e desparamentação: especialmente em UTIs com isolamento respiratório ou casos de doenças infectocontagiosas.

Leitos e equipamentos mínimos por leito

Cada leito de UTI deve possuir infraestrutura específica que permita o cuidado contínuo e seguro.

Segundo a Anvisa, os requisitos mínimos por leito incluem:

Tomadas elétricas exclusivas e com aterramento.

Iluminação direcionada e geral.

Gases medicinais (oxigênio, ar comprimido e vácuo).

Sistema de chamada de enfermagem.

Suporte articulado para monitores, bombas de infusão e equipamentos ventilatórios.

Ponto de rede e telefonia, para registro eletrônico e comunicação.

O número de leitos por UTI varia conforme a capacidade hospitalar, mas a RDC recomenda UTIs com no mínimo 10 e no máximo 20 leitos, com densidade tecnológica compatível com a complexidade assistencial.

Ambientes de apoio e suporte

Além das áreas diretamente relacionadas à assistência, a UTI deve contar com espaços de suporte essenciais para garantir o funcionamento seguro do serviço.

Dentre eles:

Central de material e esterilização (CME) próxima ou com acesso facilitado.

Farmácia hospitalar com acesso à medicação de urgência e antibióticos de amplo espectro.

Laboratório de análises clínicas e serviço de imagem 24h.

Área de conforto para a equipe: especialmente importante diante das longas jornadas e carga emocional do trabalho em terapia intensiva.

Sala de acolhimento familiar: recomendada para promover um espaço reservado à comunicação entre equipe e familiares, conforme os princípios da Política Nacional de Humanização (PNH).

AMOSTRA

Biossegurança e barreiras sanitárias

A organização física deve obedecer rigorosamente aos princípios de biossegurança, com implantação de barreiras sanitárias que impeçam a disseminação de agentes infecciosos. A RDC nº 50/2002, que trata do planejamento físico de estabelecimentos assistenciais de saúde, complementa as orientações da RDC 7/2010, exigindo:

Piso, paredes e mobiliário laváveis e de fácil higienização.

Sistema de ventilação que favoreça a renovação do ar, com controle de temperatura e umidade.

Fluxo unidirecional de materiais, evitando o cruzamento entre áreas limpas e contaminadas.

Essas exigências visam prevenir infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS), que representam riscos significativos para pacientes críticos.

Classificação dos instrumentais e equipamentos na UTI

A complexidade das condições clínicas dos pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) exige a presença de uma gama diversificada de equipamentos e instrumentais específicos. Esses dispositivos não apenas viabilizam o suporte à vida, mas também permitem o monitoramento contínuo, a administração segura de terapias e a realização de procedimentos invasivos e não invasivos, com precisão e eficiência.

A classificação dos equipamentos na UTI pode ser organizada de forma funcional, de acordo com o seu papel no cuidado ao paciente crítico. Essa organização facilita o planejamento assistencial, a reposição de insumos, a manutenção técnica e o dimensionamento adequado de recursos materiais e humanos.

Equipamentos de suporte à vida

Esses equipamentos são os que oferecem suporte direto às funções vitais comprometidas do paciente, sendo imprescindíveis para a manutenção da vida enquanto se aguarda a recuperação ou compensação dos sistemas orgânicos.

Ventiladores mecânicos (VMs): usados para auxiliar ou substituir a respiração espontânea em pacientes com insuficiência respiratória aguda ou crônica descompensada. Podem operar em modos invasivos ou não invasivos, com controle de volume ou pressão.

Desfibriladores: utilizados para reverter arritmias graves, como fibrilação ventricular e taquicardia ventricular sem pulso. Devem estar permanentemente disponíveis em toda UTI.

Aparelhos de hemodiálise contínua ou intermitente: fundamentais para pacientes com insuficiência renal aguda. Em UTIs de maior complexidade, utilizam-se sistemas de Terapia de Substituição Renal Contínua (TRRC).

Oxímetros de pulso e capnógrafos: essenciais para monitorar a saturação de oxigênio e a concentração de CO₂ exalado, respectivamente.

Equipamentos de monitoramento

O monitoramento hemodinâmico e fisiológico contínuo é um dos pilares da assistência intensiva. Para isso, a UTI dispõe de equipamentos que acompanham, em tempo real, parâmetros vitais e sinais clínicos dos pacientes.

Monitores multiparamétricos: permitem a visualização simultânea da frequência cardíaca, pressão arterial, saturação de oxigênio, frequência respiratória, temperatura e, em alguns casos, débito cardíaco.

Pressurômetros e sistemas de monitoramento invasivo de pressão (PAM, PVC, PIC): utilizados quando há cateteres inseridos em artérias ou vasos profundos, fornecendo dados precisos sobre a hemodinâmica do paciente.

Balanças integradas ao leito: importantes para avaliar o balanço hídrico em pacientes críticos, especialmente aqueles com edema generalizado, sepse ou em ventilação mecânica prolongada.

Eletrocardiógrafo (ECG): embora não seja exclusivo da UTI, é frequentemente utilizado para avaliação do ritmo cardíaco e de alterações isquêmicas.

Equipamentos para procedimentos terapêuticos

Além do suporte vital e da monitorização, a equipe de enfermagem e os profissionais de saúde em geral realizam procedimentos terapêuticos contínuos na UTI. Para isso, diversos equipamentos são empregados, garantindo segurança e eficácia.

Bombas de infusão e seringas automáticas: utilizadas para administrar medicamentos com precisão, principalmente drogas vasoativas, sedativos, insulina e antibióticos. Devem ter controle rigoroso de fluxo e alarme para falhas.

Aspiração a vácuo (sistemas fechado e aberto): essenciais para a remoção de secreções traqueais, nasotraqueais e orotraqueais, prevenindo obstruções e infecções respiratórias.

Nebulizadores e umidificadores: usados em pacientes com vias aéreas artificiais ou traqueostomizados, promovendo a adequada umidificação dos gases respiratórios.

Equipamentos de fototerapia ou pressão positiva contínua nas vias aéreas (CPAP): aplicáveis, principalmente, em UTIs neonatais e pediátricas, para tratamento de distúrbios respiratórios.

Equipamentos de apoio e segurança

Esses dispositivos não atuam diretamente sobre o paciente, mas são indispensáveis ao funcionamento seguro, eficiente e contínuo da unidade.

Geradores de energia e sistemas de backup: a continuidade do fornecimento elétrico é crítica em UTIs. Os equipamentos de suporte à vida devem estar ligados a circuitos preferenciais, com geradores ou baterias.

Refrigeradores e termostatos: utilizados para armazenar termolábeis, hemocomponentes e insumos que requerem temperatura controlada.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

